

Por que educar para a mídia



» **MAÍRA MORAES E CRISTIANE PARENTE**
Doutoras em comunicação e pesquisadoras em educação midiática

digitais, trazendo a reflexão sobre nossa participação ativa nesse processo comunicativo, trazendo temas como segurança e privacidade, direitos digitais, liberdade de expressão, modelos de negócios das plataformas digitais e o papel da imprensa na sociedade.

Mas por que isso é tão necessário? Porque essa postura crítica em relação ao que consumimos pode ajudar a mitigar a desinformação. Informações falsas, teorias conspiratórias e conteúdos manipulados se espalham com facilidade e têm impactos reais sobre decisões pessoais, políticas públicas e o convívio social, podendo causar graves consequências.

Ao desenvolver o pensamento crítico, aprendemos a questionar uma informação, a checar fontes e a entender os interesses que motivam a disseminação de certos conteúdos, inclusive mercadológicos e políticos. Além disso, promove a cidadania digital. Boa parte das crianças e dos adolescentes cresce em um ambiente permeado por telas, influenciadores, memes e algoritmos — mas raramente é orientada a entender como tudo isso funciona. Ensinar sobre o uso consciente da tecnologia é fundamental para formar usuários responsáveis e cidadãos preparados para os desafios do mundo conectado.

Mas educação midiática não é apenas sobre “não cair em fake news” ou “usar bem o celular”. É, sobretudo, um convite à autoria. Ao incentivar crianças e jovens a produzirem os próprios conteúdos — vídeos, podcasts, jornais escolares, blogs, postagens criativas —, estamos promovendo sua capacidade de expressão, reflexão e atuação social. Quando são produtores, passam a compreender melhor os mecanismos de comunicação e edição do mundo

e a ocupar espaços de participação democrática.

Essa transformação não depende apenas de políticas educacionais, mas de uma articulação mais ampla. Embora a escola tenha papel central, a educação midiática é uma responsabilidade compartilhada. Famílias, jornalistas, produtores de conteúdo, plataformas digitais, organizações da sociedade civil e gestores públicos devem colaborar para construir uma cultura de criticidade e responsabilidade comunicativa.

Iniciativas como a Agência de Notícias dos Alunos da Rede — ANDAR (MultiRio/RJ), o Imprensa Jovem (SP) e o Programa EducaMídia (Instituto Palavra Aberta); assim como a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e as Diretrizes Operacionais Nacionais do Conselho Nacional de Educação sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular da educação digital e midiática, publicadas em março de 2025, representam passos importantes nesse caminho. Mas ainda é preciso garantir acesso equitativo, formação de professores, materiais contextualizados e políticas públicas em todo o país que compreendam a comunicação como um direito.

Em uma época em que a informação é abundante, mas a compreensão é escassa, promover a educação midiática é investir em democracia, em convivência e em um futuro mais justo e plural para todos, educando para, pela, com e, especialmente, sobre a mídia. E o mais importante, com crianças e adolescentes, com idosos, com pessoas com deficiência; grupos minorizados. Educando com a sociedade, e não apenas para ela. Em um processo que começa com escuta e respeito à cultura de cada território.

Um exemplo que não deveria ser do Senado



» **JOSÉ NATAL**
Jornalista

Muita gente viu pela TV ou acompanhou pela mídia. No último dia 26, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi submetida a cenas de constrangimento explícito, discriminada como mulher e desconsiderada como a maior autoridade do setor no país e uma das mais respeitadas em todo o mundo. Convidada pela comissão para um debate sobre um tema que domina com propriedade, Marina se viu acuada por três senadores radicais da Região Norte, inclusive ouvindo de um deles que “o melhor seria que ela se recolhesse a seu lugar”. Quem sentenciou a ministra a essa postura foi o senador Marcos Rogério, que preside a comissão. Para os próprios colegas de bancada, a colocação causou constrangimento. Errou a mão, exagerou na expressão.

A diferença entre a ministra Marina Silva e o senador em questão é pontuada por uma série de fatores. Entre eles, respeitabilidade internacional, conteúdo ideológico e conhecimento de causa. A postura da ministra em relação às questões de meio ambiente é conhecida em todo o mundo. E, gostem ou não de suas atitudes, não há como não respeitá-la pelo histórico e pelos apurados gestos de dedicação ao país.

O ambiente político, nessas circunstâncias, todos nós conhecemos. Claro que as manifestações do senador tinham o DNA a favor de sua região, e partir para o enfrentamento, a seu ver, corresponde à massa que o apoia. Marcos Rogério teve seu nome rejeitado quando se candidatou a governador do estado em 2022, mesmo amparado pelo padrinho Jair Bolsonaro. Juntos, os dois manifestaram posições radicais durante os debates da CPI da Covid-19. Que o Brasil inteiro viu, e até hoje se pergunta no que deu.

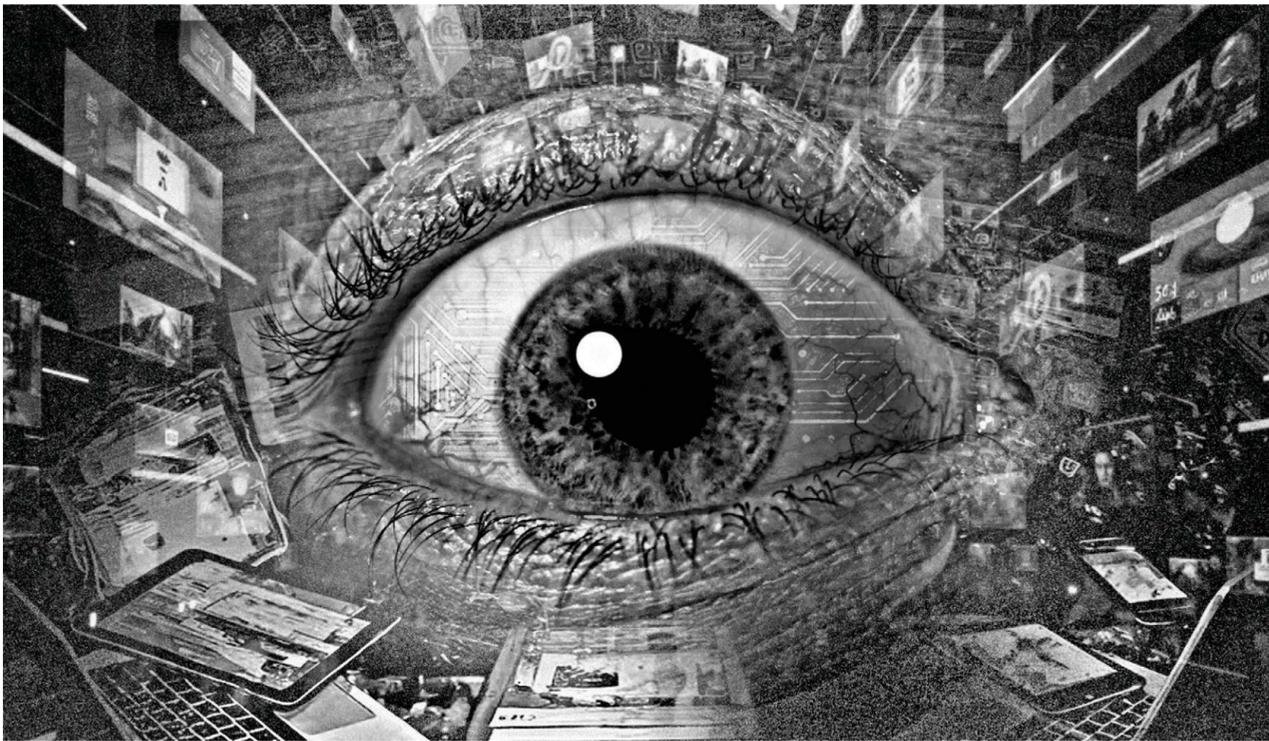
A deselegância e os gestos de agressividade contra a ministra Marina Silva, naquele dia nefasto, contaram também com a participação de coadjuvantes igualmente atuantes no quesito interesse regional, e não pouparam a ela cenas até então nunca vistas no ambiente tido sereno como o Senado Federal.

O senador Plínio Valério, de 70 anos e filiado ao PSDB, com todas as letras, disse respeitá-la como mulher, e não como ministra, numa afronta meio desproporcional ao que se espera de quem já caminha pela vida há algumas décadas. Bom lembrar que esse mesmo senador, num passado recente, anunciou em público que sua vontade era enforçar a ministra, tal seu repúdio às opiniões dela, já conhecidas.

Com a mesma proporcionalidade de indignação, o também veterano senador Omar Aziz, do PSD, visivelmente irritado, ironizou a ministra sobre suas atitudes pragmáticas em relação ao trabalho que sempre fez pelo Brasil. O que mais deixou os senadores com os nervos à flor da pele, com certeza, foi a personalidade forte e segura de Marina Silva notadamente quando ela, enfática, disse a todos eles que não era uma mulher submissa e ali estava para manifestar sua posição sobre problemas de interesse do país, e não visando interesses políticos.

Em resumo, o que se viu foi um peça teatral de mau gosto e um desfile indisciplinado de uma série de pessoas que deveriam dar exemplo de boas maneiras e postura ética respeitável. No Brasil e em todo o planeta, as questões relacionadas ao meio ambiente geram debates, polêmicas e, às vezes, até a adoção de medidas quase que insanas. E esse tema está longe de alcançar alguma coisa parecida com unanimidade de propostas. Quando a sociedade se depara com cenas grosseiras como as presenciadas justo no Senado Federal, não há como evitar a sensação de que ainda estamos bem distantes do que se espera como razoavelmente positivos sobre o tema. O que se viu ali foram manifestações de machismo, discriminação, arrogância e uma ferrenha defesa de interesses pessoais e políticos.

Uma lástima que assim seja. De se lamentar também as tímidas manifestações da presidência do Senado Federal sobre essa triste página anotada com pesar por aqueles de bom senso. Que o país é machista e discriminador, todos nós sabemos. Mas, vez por outra, alguns gestos de solidariedade ajudam a amenizar feridas abertas. Estranho também a frieza e a indiferença com que autoridades carimbadas do governo federal aceitaram os ataques à ministra Marina Silva. Alguns fizeram vista grossa e levaram a questão para o chamado jogo político. A maioria, como sempre faz, esbraveja na surdina e se cala em público. Marina que se defenda.



Minha Casa, Minha Vida: o Brasil que se constrói com dignidade



» **RENATO CORREIA**
Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e engenheiro civil

Pré-Sal. Esse arranjo tem sido fundamental para alcançar uma nova faixa da população, especialmente famílias com renda de até R\$ 12 mil, tradicionalmente excluídas do crédito imobiliário. O programa continua atendendo às faixas de renda mais baixas, sem comprometer o equilíbrio financeiro do sistema.

No biênio 2023-2024, mais de 1,1 milhão de moradias foram financiadas com recursos do FGTS, beneficiando diretamente 90% dos municípios brasileiros. Mas o que mais nos emociona são os relatos de pessoas comuns, de norte a sul do país, que contam como suas vidas foram transformadas. Jovens que deixaram o aluguel, pais e mães que agora têm onde criar seus filhos com segurança, famílias que conquistaram, enfim, um lar para chamar de seu.

O Minha Casa, Minha Vida tem se mostrado, acima de tudo, um projeto de inclusão social com efeitos profundos e mensuráveis. Ao promover o acesso à moradia digna, o programa eleva o padrão de vida da população, amplia a distribuição de renda e gera oportunidades concretas de emprego e renda. Estudos apontam que seus impactos não se restringem à habitação, mas alcançam a saúde pública, a segurança, o acesso à cidade e o desenvolvimento de comunidades mais justas e integradas.

Além disso, os investimentos realizados por meio do MCMV contribuíram para a redução do déficit habitacional em todo o país. Houve queda expressiva nos indicadores de coabitação, moradias improvisadas e habitações com condições precárias. O programa também promoveu avanços urbanísticos relevantes, com acesso das famílias beneficiadas à infraestrutura básica, como

água tratada, esgoto, energia elétrica e pavimentação. Essa transformação urbana, aliada à geração de empregos na construção civil, demonstra que o Minha Casa, Minha Vida não é apenas uma política de habitação — é uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Não podemos, no entanto, ignorar os desafios. O programa precisa ser continuamente aprimorado — tanto na eficiência do gasto público quanto na qualificação dos empreendimentos. É essencial fortalecer os canais de diálogo entre o setor produtivo, os gestores públicos e a sociedade civil para superar entraves regulatórios e ampliar a participação privada com segurança jurídica e previsibilidade.

Outro ponto sensível é a sustentabilidade dos FGTS. Projetos legislativos que fragilizam sua função social, ao propor sucessivas flexibilizações de saque, colocam em risco não apenas o MCMV, mas a continuidade de importantes investimentos em saneamento, mobilidade e infraestrutura urbana.

Desde a concepção do programa, a CBIC tem desempenhado um papel fundamental, contribuindo ativamente para sua criação e seu fortalecimento por meio de estudos técnicos, propostas de aprimoramento e articulação com o setor público e privado. O Minha Casa, Minha Vida é exemplo disso.

Reafirmamos o compromisso do setor da construção com um Brasil mais justo, com cidades mais humanas e políticas públicas que façam a diferença na vida das pessoas. Não se trata apenas de construir casas, mas de construir cidadania. O que está em jogo é a dignidade de milhões de brasileiros — e esse é um alicerce que não pode ruir.

Atualmente, o MCMV é sustentado por um tripé de financiamento que inclui o FGTS, recursos do mercado e, mais recentemente, o Fundo Social do